

Legislação fiscal

Regime jurídico da arbitragem em matéria tributária

- [Decreto-Lei n.º 10/2011. D.R. n.º 14, Série I de 2011-01-20](#)

Ministério das Finanças e da Administração Pública

Regula o regime jurídico da arbitragem em matéria tributária, no uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 124.º da [Lei n.º 3-B/2010](#), de 28 de Abril

Outra Legislação de interesse económico e financeiro

Código contributivo

- [Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011. D.R. n.º 1, Suplemento, Série I de 2011-01-03](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Procede à regulamentação do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social, aprovado pela [Lei n.º 110/2009](#), de 16 de Setembro

Redução remuneratória

- [Resolução do Conselho de Ministros n.º 1/2011. D.R. n.º 2, Série I de 2011-01-04](#)

Presidência do Conselho de Ministros

Concretiza as orientações para aplicação da redução remuneratória nas empresas públicas de capital exclusiva ou maioritariamente público, das entidades públicas empresariais e das entidades que integram o sector empresarial regional e municipal

Informação predial simplificada

- [Portaria n.º 54/2011. D.R. n.º 20, Série I de 2011-01-28](#)

Ministério da Justiça

Cria o serviço de disponibilização online de informação não certificada, existente sobre a descrição do prédio e a identificação do proprietário, designado por informação predial simplificada

Construção civil – alvarás de construção

- [Portaria n.º 57/2011. D.R. n.º 20, Série I de 2011-01-28](#)

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Estabelece as classes das habilitações contidas nos alvarás de construção, e os correspondentes valores, e revoga a [Portaria n.º 21/2010](#), de 11 de Janeiro

Taxa supletiva de juros moratórios

Aviso n.º 2284/2011. D.R. n.º 15, Série II de 2011-01-21
Ministério das Finanças e da Administração Pública - Direcção-Geral do Tesouro e Finanças

Taxa de juros moratórios relativamente a créditos de que sejam titulares empresas comerciais, singulares ou colectivas, em vigor no 1.º semestre de 2011

Programas operacionais

- [Portaria n.º 58/2011. D.R. n.º 20, Série I de 2011-01-28](#)

Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

Primeira alteração à [Portaria n.º 985/2009](#), de 4 de Setembro, que aprova a criação do Programa de Apoio ao Empreendimento e à Criação do Próprio Emprego (PAECE), a promover e executar pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, I. P., e regula os apoios a conceder no seu âmbito

Informações Administrativas

Circular n.º 108/2010, Série II de 31 de Dezembro de 2010, da Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo (DGAIEC) STADA-Importação - 16ª Actualização do Manual da Declaração Aduaneira de Importação. Alterações decorrentes de nova legislação aplicável a 1.1.2011

Ofício-Circulado n.º 30121/2010 de 31/12 - Direcção de Serviços do IVA
IVA - Alteração da taxa normal

Ofício-Circulado n.º 40099/2011 de 05/01 - Direcção de Serviços do IMT, IS, impostos rodoviários e contribuições especiais
IMT - Tabelas práticas para 2011

Ofício-Circulado n.º 30122/2011 de 07/01 - Direcção de Serviços do IVA

IVA - Orçamento de Estado para 2011. Clarificação das alterações às listas I e II anexas ao CIVA

Ofício-Circulado n.º 30123/2011 de 31/01 - Direcção de Serviços do IVA

IVA - Declaração periódica - Quadro 06-A - Operações previstas na alínea l) do nº 1 do artº 2º do CIVA - Inversão do sujeito passivo

CIVA - artº 78º, nº 7

Informação vinculativa - 07-01-2011 - Créditos incobráveis - esclarecimento quanto à forma e momento de recuperar o IVA

CIVA - artº 52

Informação vinculativa - 25-01-2011 - Arquivamento e conservação de documentos

CIVA – artº 78º

Informação vinculativa – 26-01-2011 – Regularização de imposto

CIVA – artº 52º

Informação vinculativa – 26-01-2011 – Arquivo electrónico de facturas

CIVA – artº 36º

Informação vinculativa – 26-01-2011 – Facturas em língua estrangeira

NOTÍCIAS

Acordos de troca de informações

O estado português assinou um acordo sobre a troca de informações em matéria fiscal com o Governo da Libéria.

Convenção dupla tributação

O Estado Português assinou uma convenção para evitar a dupla tributação com os Emirados Árabes Unidos.